

## 4

### **Vozes unificadas: a profissão em processo de consolidação**

Neste capítulo, realizo uma análise dos dados compilados usando os conceitos expostos no terceiro capítulo (3.1) no sentido de identificar a existência de normas tradutórias no universo de interpretação sob investigação, assim revelando as regularidades existentes nas práticas tradutórias dos intérpretes, bem como suas crenças e convicções. Também procurarei compreender melhor a natureza e as fontes das restrições que limitam a atuação dos profissionais entrevistados e como elas vêm sendo contornadas e combatidas pela profissão. Com isso, criarei um quadro tentativo da profissão enquanto praticada na cidade do Rio de Janeiro. Inevitavelmente, minha experiência pessoal como intérprete também informará a discussão, e o texto se enriquecerá ainda com o auxílio de comentários feitos pelos entrevistados.

#### **4.1 Normas inicial e preliminares**

O ponto de partida são as normas inicial e preliminares identificadas. Entre os dois pólos de tradução – aceitável e adequada –, a interpretação simultânea no Rio de Janeiro tende para o lado de “aceitabilidade” (para como o pólo receptor), nos termos de Toury (e Inghilleri)<sup>1</sup>. As repetidas menções do “público” e da “recepção”, as “melhoras” da fala do orador, o desejo de traduzir de forma “livre”, são todas manifestações do mesmo fenômeno e contrastam nitidamente com a pouca menção da palavra “fiel”. Apenas dois dos entrevistados enunciaram essa palavra, sendo que uma dessas menções apareceu na frase: “antigamente, eu procurava ser mais fiel”. Como um dos intérpretes opinou: “acho que uma boa interpretação fica quase imperceptível ... Faz com que o ouvinte lembre o menos possível que está ouvindo uma tradução”.

Entretanto, esse viés não foi encontrado em todos os aspectos. Vale notar que, com relação ao conteúdo cultural, a maioria dos intérpretes que expressaram uma opinião sobre o assunto disseram que mantêm as referências, o que poderia ser considerado contrário à aceitabilidade predominante. No entanto, esse fenômeno pode ser parcialmente explicado pelo fator “tempo”; o intérprete não

---

<sup>1</sup> Ver seção 3.1.1.

tem condições de pesquisar uma equivalência cultural para cada referência encontrada, tendo que optar pela saída mais prática.

Não podemos esquecer a força expressiva da voz e a importância dada por alguns dos entrevistados a espelhar o tom e ênfase do orador. Dentro da literatura à qual tive acesso, não encontrei a consideração da qualidade da voz em discussões sobre aceitabilidade *versus* adequação, no âmbito da interpretação. Eu consideraria que o intérprete que visasse produzir uma tonalidade e ênfase parecidas com as do orador produziria uma interpretação adequada (para com a fonte). Mesmo assim, não podemos deixar de considerar que a única maneira de verificar se as práticas estão coerentes com as crenças ou objetivos seria pela análise de corpora (gravações).

Passando para as normas preliminares, verificou-se a preponderância da interpretação simultânea em detrimento das outras modalidades possíveis nos eventos interpretados no Rio de Janeiro. Parece que essa norma preliminar tende a se firmar cada vez mais, pois já existem intérpretes experientes que se recusam a fazer consecutiva. Quando comecei o estudo, pretendia investigar todas as manifestações de interpretação em evidência na cidade, mas a predominância da simultânea foi tão marcada que descartei esse objetivo, e a presença relativa de outras modalidades deixou de ser investigada.

A outra norma preliminar identificada já era do meu conhecimento antes da pesquisa: que é praxe no mercado brasileiro interpretar de e para línguas A<sup>2</sup> e B<sup>3</sup>. O que foi mais revelador foi a existência de intérpretes trabalhando de e para duas línguas B, ou entre uma língua B e uma língua C. Uma intérprete entrevistada, que tem inglês e português como línguas ativas, descreveu em detalhes uma situação que, segundo ela, não é incomum: o surgimento de uma língua não esperada, que, neste mercado, é invariavelmente o espanhol. Ela explica que o procedimento correto nessa situação seria que o intérprete coordenador tomasse uma atitude, insistindo no uso de apenas as línguas oficiais do evento. Entretanto, quando um integrante da equipe aceita a situação e começa a interpretar, o que não é raro, segundo a informante, isso estabelece um precedente que é difícil de contestar.

---

<sup>2</sup> Uma explicação das línguas de trabalho encontra-se na nota 25.

<sup>3</sup> Até recentemente, essa prática não era aceita pela AIIC, cujos códigos se baseiam nas práticas desenvolvidas em grandes organizações, principalmente na Europa, em que era praxe traduzir apenas para a língua A. Entretanto, com a entrada de mais países na EU, ficou impossível manter essa prática, e começou a ser aceita a tradução da língua A para a língua B. Em muitos países, como Brasil, Rússia e China, isso sempre foi aceito.

Em outras circunstâncias, o intérprete se encontra na situação longe do ideal quando participantes do evento empregam uma “não-língua”, o “portunhol”, uma mistura de português e espanhol. Ela surge em função da ignorância por parte do público leigo quanto às diferenças entre os dois idiomas, além do fato que, em culturas latino-americanas, poder-se-ia considerar uma “cortesia” tentar falar a língua da maioria presente. Seus “falantes” tendem a ser oradores de língua espanhola convidados para falar em inglês, que não dominam este idioma, além de brasileiros da platéia que fazem perguntas e/ou comentários (“o público brasileiro tem a tendência de acreditar que sabe falar espanhol”). Outro intérprete que mencionou esse impedimento explicou que, nessa situação, os intérpretes de português e espanhol até se confundem, ao tentar identificar a língua predominante, e não conseguem decidir se deveriam traduzir para o português ou para o espanhol. E isso, sem falar dos intérpretes (como o primeiro citado) que não têm espanhol como língua de trabalho.

Tanto a *imposição* de uma língua não-oficial ou inexistente quanto a *aceitação* dessas línguas por parte da equipe de interpretação demonstram limitações no poder que os intérpretes detêm no ambiente de trabalho em que circulam. A falta ou desconsideração da voz desses profissionais perante os representantes do campo dominante do evento (seja ele acadêmico, de tecnologia, das artes, etc.) demonstra a subserviência que esse grupo por vezes adota, até porque está ali prestando um serviço, e portanto não pode sempre agir como gostaria. Por outro lado, a tomada de atitudes por parte de um ou outro intérprete que dificultem a atuação de seus colegas é indicativa de uma falta de articulação entre as práticas profissionais desse grupo.

Poderia ser fácil condenar os fatos relatados acima como provas da inexistência de normas na profissão, mas seria precipitado. Tais divergências parecem ocorrer, principalmente, em situações limite, quando as circunstâncias “normais” se extrapolam. É verdade que o intérprete que trabalha no Rio de Janeiro fica muito mais sujeito ao imprevisto que o seu colega empregado pela ONU, e isso sem falar dos imprevistos inerentes à interpretação (em comparação, por exemplo, à tradução). Entretanto, acredito que podem ser interpretados de outra maneira, como veremos na próxima seção.

## 4.2 *Habitus* e campo em formação

Aqui, o objetivo é encontrar as fontes e naturezas das restrições e as regularidades de comportamentos inerentes à interpretação no Rio de Janeiro contemporâneo. Tomadas como um todo, as opiniões e declarações dos intérpretes entrevistados contêm evidências que apontam para tais regularidades e restrições, e os conceitos expostos no terceiro capítulo serão cruciais para uma análise significativa desses dados. No entanto, não procuro aqui empregar os conceitos de *habitus* e campo segundo uma leitura restrita de Bourdieu, mas lanço mão dos termos num sentido mais geral para poder discutir, de forma expressiva, os fenômenos identificados. Nesse sentido, formularei um quadro tentativo do universo profissional de interpretação enquanto praticado nessa cidade.

As restrições percebidas pelos intérpretes têm fontes múltiplas: a empresa de sonorização e o técnico empregado por ela; o orador; o intérprete colega; o intérprete coordenador; e o cliente e/ou organizador do evento. Ou seja, todos os outros participantes do evento. Embora a má qualidade do áudio tenha sido apontada por cinco pessoas como sendo a pior restrição, dois dos entrevistados mencionaram que esse aspecto vem melhorando durante os últimos anos. Isso parece ser consoante com a tendência geral no país de se ter e exigir tecnologias de melhor qualidade, que, por sua vez, advém do acesso a tecnologias importadas desde a abertura do mercado brasileiro em 1992, ano em que, coincidentemente, o Rio sediou a segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), que suscitou uma demanda inédita por intérpretes. É essa abertura econômica, resultado e força motriz da globalização que, desde então, nutre a proliferação de eventos com interpretação nesse mercado.

Seria interessante identificar se a questão do áudio se restringe a este mercado, ou se constitui uma reclamação geral na profissão. *The AIIC Workload Study*<sup>4</sup>, uma pesquisa comissionada pela AIIC e completada em 2001, procurou identificar e quantificar as causas de estresse e *burnout* (exaustão física e emocional causada por períodos prolongados de estresse) do intérprete profissional. Os fatores psicológicos foram pesquisados por meio de um questionário enviado por e-mail, que gerou 607 respostas. Os fatores que contribuíram para o estresse dos respondentes foram:

---

<sup>4</sup> Relatório executivo acessado no url [http://www.aiic.net/ViewPage.cfm?page\\_id=888](http://www.aiic.net/ViewPage.cfm?page_id=888) em 16 de janeiro de 2006.

velocidade elevada do orador (54%); complexidade do texto (50%); assunto da reunião (48%), orador que lê (34%); sotaque difícil (31%) e desconforto na cabine (24%) ... A queda do desempenho foi relatada com mais frequência pelos respondentes que trabalham em cabines móveis.

Infelizmente, os dados não foram compilados de acordo com o país ou região, impossibilitando uma comparação geográfica. Entretanto, a ênfase que os entrevistados do Rio de Janeiro deram para a qualidade do áudio, comparada com o menor destaque que esse fator ganha nos dados compilados pela AIIC, indica que isso representa um problema maior aqui do que para a maioria dos membros da AIIC, que se concentram, principalmente, na Europa.

O orador – a segunda maior restrição, de acordo com os dados do presente estudo – naturalmente se preocupa mais com sua própria fala, e muitas vezes não leva em consideração as necessidades dos intérpretes, mesmo que estes as expliquem antes do evento. As crenças errôneas, desconhecimento e/ou desconsideração por parte do orador a respeito da interpretação são indicativas da pouca visibilidade desse grupo dentro do contexto do evento. O orador é a porta-voz do campo majoritário presente no evento e, portanto, seu *habitus* está “em casa”. Para o intérprete fazer um bom trabalho, ele precisa espelhar o *habitus* do orador, pelo menos em termos de sua fala (seus “hábitos lingüísticos”, por assim dizer), para que essa fala seja aceita pelos outros participantes presentes. Isso inclui, como já vimos, a ênfase e o tom da voz, além do registro e o campo lexical. No entanto, os intérpretes e/ou intérprete coordenador também precisam se impor quando procuram exigir o cumprimento de pré-requisitos, tais como uma velocidade mais lenta e o fornecimento de material, e para tal, precisam utilizar um *habitus* profissional coerente.

Quem faz o intercâmbio entre os profissionais contratados e os oradores é o intérprete coordenador, que pode ou não ser ligado a um escritório de interpretação, e essa pessoa também encontra obstáculos ao desempenhar seu papel. Seis dos entrevistados disseram que é raro eles receberem material antes do evento, e um explica a cadeia de informações que pode existir entre o intérprete e o orador: cliente ↔ organizadora de eventos ↔ escritório de interpretações ↔ intérprete coordenador ↔ intérprete. E para confundir ainda mais essa comunicação, quanto maior o porte da empresa envolvida, maior a probabilidade de que as pessoas encarregadas da troca de informações sejam secretário/as ou administrador/as. Outro entrevistado comenta: “devido a uma estratificação

cultural no Brasil, as pessoas que ocupam cargos ‘inferiores’ ficam com receio de atrapalhar pessoas que ocupam cargos ‘superiores’”. Esse receio se multiplica pelo fato de essas últimas, os oradores, serem representantes-chaves do campo regente do evento e freqüentemente virem de outro país visto como superior, dada a posição periférica ocupada pelo Brasil em termos globais. Mesmo quando a via de contato é menos tortuosa, os clientes podem negar o pedido de material por causa da natureza sigilosa do evento, seja ele comercial ou governamental (mencionada por quatro informantes). Adicionalmente, o contato direto entre intérpretes e oradores no dia do evento pode ser considerado anti-ético e portanto evitado pelos intérpretes, para que estes evitem a suspeita de querer criar algum vínculo comercial direto com os oradores e/ou o cliente (i.e. “roubar” o cliente do escritório de interpretação que fez a contratação dos intérpretes).

O intérprete, principalmente quando contratado por terceiros, fica com as mãos atadas: precisa receber os recursos necessários para fazer um bom trabalho, mas não pode agir de forma independente. Sua capacidade de desenvolver um *habitus* profissional fica prejudicada pelas restrições, muitas vezes conflitantes, que experimenta. Isso é mais do que claro pelo conflito de comportamentos descrito por todos os intérpretes entrevistados. O colega que oferece dicas inúteis ou indesejadas nada mais é que o profissional preocupado com a recepção por parte dos participantes do evento, membros legítimos do campo dominante. Não se pode influenciar o tom de voz do colega, mas o léxico, sim. E, como vimos, a tarefa central do intérprete é passar a impressão de que sua fala seja a fala do orador.

A ajuda bem-vinda oferecida da maneira certa e na hora certa é o outro lado da mesma moeda; mas o que será que fica por trás da aceitação ou não de ajuda, e a oferta de dicas mais ou menos relevantes? Por um lado, entende-se que, por serem seres pensantes, dotados de capacidades cognitivas e linguísticas altamente desenvolvidas, os intérpretes normalmente têm opiniões formadas sobre a melhor maneira de traduzir e se comportar. Entretanto, eles levam para a cabine um *habitus* profissional desenvolvido, muitas vezes, antes de se tornarem intérpretes. Muitos ingressam na profissão relativamente tarde na vida, depois de terem tido outras experiências profissionais, e a maioria mantém outra(s) fonte(s) de renda (da amostra de nove, apenas dois trabalham exclusivamente com interpretação). Essas variadas formações (que incluem, em muitos casos, estádias e/ou formação

no exterior) podem explicar, em parte, as divergências de comportamento encontradas. E a necessidade econômica de se ter outras atividades remuneradas está por trás de dois dos comportamentos mais criticados: o intérprete que atende/fala ao telefone e aquele que faz traduções escritas dentro da cabine entre seus turnos.

É interessante notar que dicas de terminologia oriundas de outras partes – do cliente, orador e participantes – são recebidas de outra maneira, mesmo quando não procuradas ativamente. Um informante contrasta a tradução, em que a interferência do cliente tende a ser uma irritação, com a interpretação, em que “a ajuda do cliente durante o evento é bem-vinda”. Não deixa de representar uma restrição – o intérprete teria que ter fortes motivos para ignorar uma tradução sugerida pelo cliente, principalmente quando se trata de um termo técnico – mas seu efeito é positivo, pois elimina dúvidas e possíveis conflitos entre os dois integrantes da cabine. Da mesma forma, muitos intérpretes indicaram que um feedback construtivo é uma ótima indicação do uso adequado da terminologia prevalente no evento. Uma das entrevistadas citou o melhor elogio que ela já recebeu, que ocorreu depois de um evento da área de engenharia, quando dois dos membros da platéia foram até a cabine para perguntar se ela e a colega eram engenheiras. Mais uma vez, o que o profissional almeja é o aval dos membros do campo dominante; a afirmação de que tenha se ajustado a ponto de se confundir com o *habitus* dos participantes desse campo.

Isso relembra a maneira como os intérpretes fazem seu estudo antes do evento, preferindo o material fornecido pelo cliente, o site do cliente, sites da mesma área e o nome do orador como fontes de pesquisa. E rejeitando textos traduzidos. O intérprete gosta de ir até a fonte originária para experimentar diretamente, sem interferências, o estilo, registro e léxico do campo a ser representado no evento. O tradutor, quando reconhecido, é rejeitado pelo intérprete a favor dos membros legítimos do campo no qual vai ingressar, mesmo que temporariamente.

Um comentário solto feito por um dos entrevistados me parece bastante indicativo da adaptabilidade característica do *habitus* do intérprete. Ele comentou que é importante usar a roupa certa para o evento: “não pode usar terno e gravata para uma reunião sindical, e não pode chegar de calça e camisa para uma reunião do Banco Central”. Segundo ele, a roupa que o intérprete usa ajuda os

participantes a saber como tratá-lo, pois, “a priori, não pertence a uma categoria pré-estabelecida”.

Até agora, pode parecer que estamos tratando de uma profissão organizada de forma precária cujos praticantes muitas vezes não sabem como devem agir, mas seria uma condenação injusta. Desde os anos 1950, quando surgiram os primeiros cursos de formação, trabalhos de pesquisa e associações, o objetivo primordial dos líderes da profissão tem sido sua formalização, estruturação, normatização, reconhecimento e elevação. Houve várias conquistas, tanto em nível transnacional (nas grandes órgãos como a ONU e a União Européia, e nas grandes associações, como a AIIC) como em nível nacional.

No Brasil, os primeiros intérpretes lutaram para assegurar honorários e condições de trabalho adequados, principalmente a partir da formação da APIC, em 1971, nos moldes da AIIC. Uma prova do sucesso desses pioneiros é a aceitação por parte de quase todos os entrevistados dos preços sugeridos pelo SINTRA<sup>5</sup>, que representa tradutores e intérpretes. Os cursos de formação principais também ajudam na formação de um *habitus* compartilhado, ensinando os alunos sobre a importância de condições de trabalho adequadas e estabelecendo padrões de qualidade e métodos de trabalho. A insistência no papel fundamental do estudo prévio é outro resultado dessa formalização, e a grande coerência das respostas nesse respeito é prova de sua eficácia.

O que ficou evidente pela análise dos dados é que, apesar dos vários impedimentos e restrições capazes de dificultar a vida do intérprete profissional, há sinais muito positivos de que um *habitus* profissional vem se firmando. Em três décadas, a atividade de interpretação neste país deixou de ser exercida casualmente por pessoas sem formação para se tornar a ocupação de um grupo de profissionais, na maioria formados, engajados na exigência de condições adequadas de trabalho e a elevação de padrões de qualidade. Considerando a vasta e obscura história da atividade, essas mudanças surgiram num período extremamente curto, e são auspiciosas para a consolidação continuada da profissão.

Recapitulando as questões centrais levantadas neste trabalho, estamos tratando de uma atividade milenar que, surpreendentemente, ostenta traços de uma

---

<sup>5</sup> Ver página 49 e nota 27.



profissão em formação. Em primeiro lugar, carece de um campo totalmente estabelecido, embora tenham sido identificados sinais de consolidação: a estruturação da profissão com associações de classe; os cursos de formação de intérpretes, ensinando um *habitus* profissional baseado cada vez mais nas descobertas advindas da academia; e uma certa coerência dos *habitus* profissionais descritos pelos entrevistados, que valorizam a discrição (beirando a imperceptibilidade) e a adaptabilidade.

As normas estabelecidas pela profissão, por meio de códigos profissionais e de ética, são mantidas quando possível, mas vimos que há casos em que os profissionais são contrariados pelos membros de outros campos, e ficam sem recursos para impor as condições necessárias para assegurar um bom desempenho. Enquanto a norma inicial foi identificada com bastante clareza, a norma preliminar que diz respeito às línguas de trabalho, a qual deveria seguir a norma escrita nos códigos das associações de classe, fica sujeita a interferência por outras partes interessadas no evento. Seria interessante saber se essa restrição é característica deste mercado especificamente, ou se é comum em outras regiões do mundo.

As condições que possibilitaram o estabelecimento da interpretação simultânea tiveram como conseqüência a elevação do status da profissão, tirando-a do alcance do amador e dando-lhe uma aura de mistério, graças à aparelhagem tecnológica que a envolve. Mas isso aumentou a complexidade da operação, também. Em primeiro lugar, a demanda por intérpretes cresceu: um profissional dá conta de duas horas de consecutiva sozinho, mas apenas de uma hora de simultânea. O trabalho em duplas exige a cooperação entre dois seres pensantes, o que, como vimos, traz certas dificuldades. Adicionalmente, a modalidade afasta o intérprete da fonte da fala – o orador – deixando-o à mercê da capacidade e boa vontade de terceiros. E a própria tecnologia traz muitas possíveis fontes de problemas, tanto técnicas como humanas.

Entretanto, as especificidades e complexidades que destacam a simultânea das outras modalidades de interpretação trouxeram um grande e vantajoso efeito colateral: possibilitaram e até demandaram a organização e unificação da profissão. Foi na busca de resoluções dos problemas levantados pelo surgimento e crescimento dessa modalidade que as associações de classe e cursos de formação se estruturaram, reivindicando níveis de remuneração e condições de trabalho

compatíveis com as elevadas demandas da atividade. O campo ou sub-campo da profissão de interpretação veio se formando durante esse processo e os *habitus* de seus integrantes começaram a se moldar. As descobertas das pesquisas sobre interpretação realizadas durante esse mesmo período têm auxiliado na criação de programas e métodos de formação mais eficazes, e vêm fornecendo dados valiosos para sustentar as exigências de condições de trabalho cada vez mais adequadas.

Juntando-se todos esses fatores, fica claro que não é por acaso que a simultânea é a modalidade preferida da grande maioria dos intérpretes atualmente (100% dos entrevistados). Entretanto, vale lembrar que aquilo que parece normal (norma) hoje foi conquistado em um período extremamente curto, se comparado com a magnitude histórica da atividade. Foram os pioneiros da era moderna que estabeleceram o primeiro *habitus* padrão e construíram o campo profissional ao seu redor. Se os primeiros passos forem perdurar para as próximas gerações, só poderá ser através do fortalecimento do campo e da aceitação por todos de um *habitus* profissional padronizado.

#### **4.3 Perspectivas para os campos profissional e acadêmico**

Seria interessante, em futuros trabalhos, poder ampliar o escopo para incluir outras modalidades de interpretação, além dos outros participantes do evento – oradores, platéia, organizadores e técnicos – para identificar suas atitudes para com intérpretes e interpretação, e as restrições que incidem na *sua* atuação (que podem ter uma espécie de efeito dominó). Tendo sido identificadas as fontes principais das restrições, trabalhos futuros poderiam partir delas e abordar um universo maior de intérpretes. Poder-se-ia comparar os *habitus* de profissionais de diferentes regiões do mundo, e identificar se há sinais de um campo mais bem definido em alguma região ou mercado.

Comparações entre os *habitus* de intérpretes e tradutores poderiam ser de interesse, também. A maioria dos intérpretes no mercado carioca também faz traduções escritas. Seria isso característico de outros mercados? E, se lembramos que alguns dos intérpretes desta pesquisa preferem evitar textos traduzidos quando fazem sua pesquisa, o que isso nos diz sobre suas crenças a respeito de traduções e tradutores, e qual a sua ligação com a interpretação?

A importância da academia e seu intercâmbio com a profissão é outra questão que merece mais estudo, tal como o intercâmbio entre acadêmicos da tradução e da interpretação, e entre as diferentes possíveis abordagens (mais ou menos “empíricas”, como expostas no segundo capítulo). O que está em jogo na discussão entre acadêmicos da área é a complicada tarefa de se consolidar em um único campo (ou sub-campo) as diferenças inerentes às diversas abordagens citadas. Entretanto, a interação – por meio de congressos, publicações e debates – demonstra que tradução e interpretação já existem enquanto (sub-)campo acadêmico; o que está em jogo são as relativas posições de liderança e periféricas.

Em resumo, o intérprete atua sob a influência não apenas dos agentes presentes na hora de seu trabalho – os outros envolvidos no evento interpretado em si – mas também de todas as outras partes que investem seu tempo e energia para discutir, definir, modificar e compreender a interpretação enquanto profissão, enquanto fato social, enquanto fenômeno cognitivo, enquanto operação lingüística; enfim, em todas as facetas dessa atividade milenar que existe para facilitar a compreensão entre povos. E quanto mais essas discussões, debates e embates se espalharem e se disseminarem entre os grupos profissionais e acadêmicos do mundo todo, mais a profissão se beneficiará.